

Relatório da Administração

Banco Central deve reduzir consideravelmente a taxa básica de juros ao longo do ano, estimulando a atividade econômica e aliviando o elevado endividamento privado. Com base no cenário de fraqueza da atividade econômica e desafios para a retomada do crescimento, a expectativa de mercado é de pequeno crescimento em 2017³ (+0,5%) e 2,4% em 2018³.

3. DESEMPENHO OPERACIONAL

Vendas de energia: as vendas de energia para clientes livres e por meio de contratos bilaterais alcançaram 12.362 GWh em 2016, o que representou um aumento de 25,2%, devido ao aumento das vendas para clientes finais e em contratos bilaterais. Nos últimos anos, a CPFL Brasil vem concentrando esforços na venda de energia para clientes especiais, que adquirem energia de fontes alternativas.

4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Os comentários da administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas. **Resultado operacional:** Em 2016, a CPFL Brasil alcançou receita líquida de R\$ 2.082 milhões, um aumento de 15,9% (R\$ 285 milhões). **Resultado operacional de caixa (EBITDA):** o EBITDA é uma medida não contábil calculada pela Administração a partir da soma de lucro, impostos, resultado financeiro e depreciação/amortização. Essa medida serve como indicador do desempenho do *management* e é habitualmente acompanhada pelo mercado. A Administração observou os preceitos da Instrução CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, quando da apuração desta medida não contábil.

Conciliação do Lucro Líquido e EBITDA		
	2016	2015
Lucro Líquido	104.235	81.929
Depreciação e Amortização	3.779	4.527
Resultado Financeiro	(897)	87
Contribuição Social	14.073	10.874
Imposto de Renda	38.766	30.111
EBITDA	159.957	127.529

A Geração Operacional de Caixa, medida pelo EBITDA, foi de R\$ 160 milhões, aumento de 25,4% (R\$ 32 milhões), devido principalmente ao aumento de 15,9% (R\$ 285 milhões) na receita líquida, no aumento de 15,2% (R\$ 247 milhões) no custo com energia elétrica e no aumento de 13,9% (R\$ 5 milhões) nos custos e despesas operacionais, onde estão excluídos os gastos com depreciação e amortização. **Lucro Líquido:** Em 2016, a CPFL Brasil apurou lucro líquido de R\$ 104 milhões, aumento de 27,2% (R\$ 22 milhões), refletindo principalmente o aumento de 25,4% (R\$ 32 milhões) no EBITDA, as reduções de R\$ 1 milhão nas despesas financeiras líquidas e de 16,5% nos gastos com depreciação e amortização (R\$ 1 milhão). Esse efeito foi parcialmente compensado pelo efeito negativo do Imposto de Renda e da Contribuição Social (R\$ 12 milhões). **Endividamento:** no final de 2016, a dívida financeira (incluindo derivativos) da CPFL Brasil atingiu R\$ 449 milhões, um aumento de 60,5%.

5. INVESTIMENTOS

Em 2016, foram investidos R\$ 3,7 milhões, destinados principalmente ao aprimoramento dos sistemas de gestão de portfólio e risco.

6. SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE CORPORATIVA

A CPFL Brasil desenvolve iniciativas que buscam gerar valor para todos os seus públicos de relacionamento e mitigar os impactos de suas operações por meio da gestão dos riscos econômicos, ambientais e sociais associados aos seus negócios. Abaixo estão relacionados os destaques do

exercício: **Plataforma de sustentabilidade:** consiste na ferramenta de gestão da sustentabilidade, integrada ao planejamento estratégico do Grupo CPFL. Contempla: a) Temas relevantes para a condução dos negócios, definidos junto a públicos de relacionamento; b) Alavancas de valor relacionadas aos temas; c) Indicadores estratégicos corporativos, com metas de desempenho por o curto e médio prazo. **Comitê de Sustentabilidade:** principal órgão interno de governança da sustentabilidade, também responsável pelo monitoramento da Plataforma. **Sistema de Gestão e Desenvolvimento da Ética (SGDE):** em 2015 foi concluída a revisão do Código de Ética e Conduta Empresarial. A versão atualizada do Código de Conduta Ética (nova denominação) foi aprovada pela Diretoria Executiva em novembro de 2015, sendo, na sequência, aprovada pelo Conselho de Administração de sua controladora, a CPFL Energia, em janeiro de 2016, com abrangência em todas as empresas controladas diretas do Grupo. O SGDE foi revisado, incluindo a reestruturação do Comitê de Ética e Conduta Empresarial, que passou a ser formado por cinco membros, sendo dois membros externos independentes. A revisão contemplou o Regimento Interno do Comitê, a implantação de uma Secretaria Executiva de apoio ao Comitê e a contratação de um Canal Externo de Ética, para receber consultas, sugestões e denúncias de natureza ética, que passaram a ser apuradas por uma Comissão de Processamento de Denúncias (CPD). A CPFL também implantou um plano de divulgação e disseminação das diretrizes éticas e um programa de capacitação sobre o SGDE, baseado em *e-learning*, disponível para todos os profissionais e workshops presenciais com os ocupantes de cargos de gestão e liderança. O Comitê realizou 13 reuniões em 2016 para tratar de temas relacionados à gestão da ética, bem como para analisar as sugestões, denúncias e reclamações recebidas no período. **Relacionamento com a comunidade:** entre as ações que visam contribuir para o desenvolvimento das comunidades em que a CPFL Brasil atua destacam-se: (i) **Apoio aos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA** (1% I.R.) - Em 2016, a CPFL Brasil destinou R\$ 150 mil para o Fundo Municipal da Criança e Adolescente de 1 município da área de concessão. O repasse irá apoiar a implementação de plano de ação; (ii) **Apoio aos Conselhos Municipais dos Direitos do Idoso - CMDI** (1% I.R.) - Em 2016, a CPFL Brasil destinou R\$ 100 mil ao Fundo Municipal da Pessoa Idosa de 1 município para apoiar o Projeto piloto "Cidade para Todas as Idades".

7. AUDITORES INDEPENDENTES

A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes foi contratada pela CPFL Brasil para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia. Durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, a Deloitte prestou além dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras e de revisão das informações intermediárias, os seguintes serviços relacionados à auditoria: revisão tributária - Escrituração Contábil-Fiscal (ECF) e procedimentos previamente acordados - assecuração de *covenants* financeiros. A contratação dos auditores independentes, conforme estatuto social, é recomendada pelo Conselho Fiscal da controladora CPFL Energia S.A., e compete ao Conselho de Administração deliberar sobre a seleção ou destituição dos auditores independentes. A Administração da CPFL Brasil declara que a prestação dos serviços foi feita em estrita observância das normas que tratam da independência dos auditores independentes em trabalhos de auditoria e não representaram situações que poderiam afetar a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa pela Deloitte.

8. AGRADECIMENTOS

A Administração da CPFL Brasil agradece aos seus clientes, fornecedores e parceiros pela confiança depositada na Companhia no ano de 2016. Agradece, ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência e dedicação para o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos.

A Administração

Para mais informações sobre o desempenho desta e de outras empresas do Grupo CPFL Energia, acesse o endereço www.cpf.com.br/ri.

Demonstrações dos Resultados

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
Receita operacional líquida	20	2.082.488	1.796.617	2.081.761	1.796.617
Custo do serviço de energia elétrica					
Custo com energia elétrica	21	(1.876.925)	(1.629.694)	(1.876.951)	(1.629.694)
Custo de operação	22	(14.351)	(12.107)	(14.383)	(12.107)
Lucro operacional bruto		191.212	154.816	190.427	154.816
Despesas operacionais					
Despesas com vendas	22	(11.310)	(6.523)	(11.310)	(6.525)
Despesas gerais e administrativas	22	(22.356)	(22.621)	(22.915)	(23.056)
Outras despesas operacionais	22	(25)	(2.233)	(25)	(2.233)
Resultado do serviço		157.521	123.439	156.177	123.001
Resultado de participações societárias	10	(741)	(140)	-	-
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	23	34.287	45.966	34.908	46.307
Despesas financeiras	23	(34.010)	(46.391)	(34.012)	(46.395)
Lucro antes dos tributos		157.056	122.875	157.074	122.914
Contribuição social	8	(14.066)	(10.079)	(14.073)	(10.874)
Imposto de renda	8	(38.753)	(30.877)	(38.766)	(30.111)
Lucro líquido do exercício		104.235	81.929	104.235	81.929
Lucro líquido básico e diluído		34,76	27,32	34,76	27,32

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Lucro líquido do exercício	104.235	81.929	104.235	81.929
Resultado abrangente do exercício	104.235	81.929	104.235	81.929

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do Valor Adicionado

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Lucro líquido do exercício	104.235	81.929	104.235	81.929
Resultado abrangente do exercício	104.235	81.929	104.235	81.929

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do Lucro Líquido

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

	Reserva de Lucros		Reserva de Lucros		Dividendo	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção para investimento	Reserva de lucros a realizar			
Lucro líquido do exercício	2.991	599	1.431	7.880	52.599	81.929	65.508
Saldo em 31 de dezembro de 2014	-	-	-	-	(52.599)	-	81.929
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	81,929	81,929
Aprovação da proposta de dividendo	-	-	-	-	-	(41.176)	(41.176)
Destinação do lucro:							
Dividendo Intermediário	-	-	-	-	-	(1.883)	(1.883)
Juros sobre o capital próprio intermediário	-	-	-	-	13.870	(13.870)	-
Dividendo proposto	-	-	-	-	-	104.235	104.235
Reserva de retenção de lucros para investimento	-	-	25.000	-	-	(25.000)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	2.999	599	26.431	7.880	13.870	-	51.779
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	104,235	104,235
Aprovação da proposta de dividendo	-	-	-	-	-	(13.870)	(13.870)
Reversão da reserva de lucros a realizar	-	-	-	(7.880)	-	7.880	-
Destinação do lucro:							
Dividendo Intermediário	-	-	-	-	-	(30.975)	(30.975)
Juros sobre o capital próprio intermediário	-	-	-	-	-	(1.942)	(1.942)
Dividendo proposto	-	-	-	-	78.037	(78.037)	-
Juros sobre o capital próprio proposto	-	-	-	-	988	(1.162)	(174)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	2.999	599	26.431	7.880	99.025	-	109.054

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. **CONTEXTO OPERACIONAL**

A CPFL Comercialização Brasil S.A. ("CPFL Brasil" ou "Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado que tem como objetivo principal a comercialização de energia, a prestação de serviços associados, vinculados ou necessários para a comercialização de energia, assessoramento estratégico, institucional e financeiro para compradores e vendedores de energia elétrica e para outras entidades atuantes no setor de energia nacional e internacional, bem como a participação no capital social de outras sociedades. A CPFL Brasil está autorizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") a atuar como agente comercializador de energia elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"). A Sede administrativa da Companhia está localizada à Rodovia Engenheiro Miguel Noel Nascentes Burnier, 1755 - Km 2,5 - Parque São Quirino - CEP: 13068-140, na cidade de Campinas, Estado de São Paulo. A CPFL Brasil é uma Companhia controlada direta da CPFL Energia S.A. ("CPFL Energia" ou "Controladora"). A Companhia possui as seguintes participações nas seguintes controladas: **1.1 Controladas Operacionais:** CLION Assessoria e Comercialização de Energia Elétrica Ltda. Controlada integral da Companhia, a Clion Assessoria e Comercialização de Energia Elétrica Ltda. (CPFL Meridional), localizada na Rua Mario de Boni, 1902 - Bairro Floresta - Caxias do Sul - RS - CEP: 95012-580, é uma sociedade de quotas de responsabilidade limitada, com o propósito de comercializar e prestar serviços de consultoria na área de energia elétrica. Está autorizada pela ANEEL a atuar como agente comercializador de energia elétrica no âmbito da CCEE. **CPFL Comercialização Cone Sul S.A.** Controlada integral da Companhia, a CPFL Comercialização Cone Sul S.A. ("CPFL Cone Sul"), localizada na Rua Gomes de Carvalho, 1510 - 14º andar - Conjunto 1402 - Sala 03 - Vila Olímpia - São Paulo - SP - CEP: 04547-005, é uma sociedade por ações de capital fechado, com o propósito de comercializar energia. Está autorizada a atuar como agente comercializador de energia elétrica no âmbito da CCEE. **Sul Geradora Participações S.A.:** Com participação de 99,95% da Companhia, a Sul Geradora Participações S.A. ("Sul Geradora"), localizada na Rua Gomes de Carvalho, 1510 - 14º andar - Conjunto 1402 - Vila Olímpia - São Paulo - SP - CEP: 04547-005, é uma sociedade por ações de capital fechado, com propósito principal de participar no capital de outras sociedades como acionista, quotista ou sob qualquer forma de participação. **CPFL Brasil Varejista S.A.:** Controlada integral da Companhia, a CPFL Brasil Varejista S.A. ("CPFL Brasil Varejista"), foi constituída em 2 de dezembro de 2014 estando localizada na Rodovia Engenheiro Miguel Noel Nascentes Burnier, nº 1755 - Km 2,5 - Parque São Quirino - Campinas - SP, CEP: 13068-140, sendo uma sociedade por ações de capital fechado com o propósito de comercializar energia bem como assessoramento estratégico, institucional e financeiro para possíveis compradores e vendedores de energia elétrica. Está autorizada a atuar como agente comercializador de energia elétrica no âmbito da CCEE.

2. **APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

2.1 **Base de preparação:** As demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas foram preparadas em conformidade às normas internacionais de contabilidade ("IFRS" - *International Financial Reporting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. A Administração afirma que todas as informações e demonstrações contábeis divulgadas correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia. A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 13 de março de 2017. **2.2 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo, ii) instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e iii) ativos financeiros disponíveis para venda mensurados ao valor justo. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) estão apresentadas na nota 26 de Instrumentos Financeiros. **2.3 Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. A definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva. As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuem um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes são: • Nota 6 - Consumidores, concessionárias e permissionárias; • Nota 8 - Créditos fiscais diferidos; • Nota 11 - Imobilizado e redução ao valor recuperável; • Nota 12 - Intangível e redução ao valor recuperável; • Nota 18 - Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais; • Nota 20 - Receita operacional líquida; • Nota 21 - Custo com energia elétrica; e • Nota 26 - Instrumentos financeiros. **2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o Real, e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados. **2.5 Informações sobre participações societárias:** As participações societárias detidas pela Companhia nas controladas, estão descritas no Contexto Operacional (nota 1). **2.6 Demonstração do valor adicionado:** A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado ("DVA") individual e consolidada nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e como informação suplementar às demonstrações financeiras em IFRS, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS.

3. **SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados. **3.1 Instrumentos financeiros:** Ativos financeiros: Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. A Companhia e suas controladas possuem os seguintes principais ativos financeiros:

exercício: **Plataforma de sustentabilidade:** consiste na ferramenta de gestão da sustentabilidade, integrada ao planejamento estratégico do Grupo CPFL. Contempla: a) Temas relevantes para a condução dos negócios, definidos junto a públicos de relacionamento; b) Alavancas de valor relacionadas aos temas; c) Indicadores estratégicos corporativos, com metas de desempenho por o curto e médio prazo. **Comitê de Sustentabilidade:** principal órgão interno de governança da sustentabilidade, também responsável pelo monitoramento da Plataforma. **Sistema de Gestão e Desenvolvimento da Ética (SGDE):** em 2015 foi concluída a revisão do Código de Ética e Conduta Empresarial. A versão atualizada do Código de Conduta Ética (nova denominação) foi aprovada pela Diretoria Executiva em novembro de 2015, sendo, na sequência, aprovada pelo Conselho de Administração de sua controladora, a CPFL Energia, em janeiro de 2016, com abrangência em todas as empresas controladas diretas do Grupo. O SGDE foi revisado, incluindo a reestruturação do Comitê de Ética e Conduta Empresarial, que passou a ser formado por cinco membros, sendo dois membros externos independentes. A revisão contemplou o Regimento Interno do Comitê, a implantação de uma Secretaria Executiva de apoio ao Comitê e a contratação de um Canal Externo de Ética, para receber consultas, sugestões e denúncias de natureza ética, que passaram a ser apuradas por uma Comissão de Processamento de Denúncias (CPD). A CPFL também implantou um plano de divulgação e disseminação das diretrizes éticas e um programa de capacitação sobre o SGDE, baseado em *e-learning*, disponível para todos os profissionais e workshops presenciais com os ocupantes de cargos de gestão e liderança. O Comitê realizou 13 reuniões em 2016 para tratar de temas relacionados à gestão da ética, bem como para analisar as sugestões, denúncias e reclamações recebidas no período. **Relacionamento com a comunidade:** entre as ações que visam contribuir para o desenvolvimento das comunidades em que a CPFL Brasil atua destacam-se: (i) **Apoio aos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA** (1% I.R.) - Em 2016, a CPFL Brasil destinou R\$ 150 mil para o Fundo Municipal da Criança e Adolescente de 1 município da área de concessão. O repasse irá apoiar a implementação de plano de ação; (ii) **Apoio aos Conselhos Municipais dos Direitos do Idoso - CMDI** (1% I.R.) - Em 2016, a CPFL Brasil destinou R\$ 100 mil ao Fundo Municipal da Pessoa Idosa de 1 município para apoiar o Projeto piloto "Cidade para Todas as Idades".

8. AGRADECIMENTOS

A Administração da CPFL Brasil agradece aos seus clientes, fornecedores e parceiros pela confiança depositada na Companhia no ano de 2016. Agradece, ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência e dedicação para o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos.

A Administração

Para mais informações sobre o desempenho desta e de outras empresas do Grupo CPFL Energia, acesse o endereço www.cpf.com.br/ri.

Demonstrações dos Resultados

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
Receita operacional líquida	20	2.082.488	1.796.617	2.081.761	1.796.617
Custo do serviço de energia elétrica					
Custo com energia elétrica	21	(1.876.925)	(1.629.694)	(1.876.951)	(1.629.694)
Custo de operação	22	(14.351)	(12.107)	(14.383)	(12.107)
Lucro operacional bruto		191.212	154.816	190.427	154.816
Despesas operacionais					
Despesas com vendas	22	(11.310)	(6.523)	(11.310)	(6.525)
Despesas gerais e administrativas	22	(22.356)	(22.621)	(22.915)	(23.056)
Outras despesas operacionais	22	(25)	(2.233)	(25)	(2.233)
Resultado do serviço		157.521	123.439	156.177	123.001
Resultado de participações societárias	10	(741)	(140)	-	-
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	23	34.287	45.966	34.908	46.307
Despesas financeiras	23	(34.010)	(46.391)	(34.012)	(46.395)
Lucro antes dos tributos		157.056	122.875	157.074	122.914
Contribuição social	8	(14.066)	(10.079)	(14.073)	(10.874)
Imposto de renda	8	(38.753)	(30.877)	(38.766)	(30.111)
Lucro líquido do exercício		104.235	81.929	104.235	81.929

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os Exercícios Fimados em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras. Conforme definido no Estatuto Social da Companhia e em consonância com a legislação societária vigente, compete ao Conselho de Administração a declaração de dividendo e juros sobre o capital próprio intermediários apurados através de balanço semestral. A declaração de dividendo e juros sobre o capital próprio intermediários na data-base 30 de junho, quando houver, só é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia após a data de deliberação do Conselho de Administração. Os juros sobre o capital próprio recobrados pelo tratamento do dividendo e também estão demonstrados na mutação do patrimônio líquido. O imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre o capital próprio é contabilizado a débito no patrimônio líquido quando de sua proposição pela Administração, por atenderem, neste momento, o critério de obrigação. **3.7 Reconhecimento de receita:** A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia e de suas controladas é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, e de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita operacional é reconhecida em operações registradas com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, onde a Companhia atua como revendedora e os contratos são acordados e mantidos para entrega física de energia. Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento da Companhia.

3.8 Imposto de Renda e Contribuição Social: As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, nos quais já são reconhecidos a valores líquidos destes efeitos fiscais, e os decorrentes de contabilização inicial em combinações de negócios. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e para prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. A Companhia e determinadas controladas registraram em suas demonstrações financeiras os efeitos dos créditos de imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e diferenças temporariamente indutíveis, suportados por previsão de geração futura de bases tributáveis de imposto de renda e contribuição social, aprovadas anualmente pelo Conselho de Administração e apreciadas pelo Conselho Fiscal. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensação de passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. **3.9 Resultado por ação:** O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuído aos acionistas controladores e a média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuído aos acionistas controladores, ajustado pelos efeitos dos instrumentos que potencialmente impactariam o resultado do exercício e pela média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33. **3.10 Base de consolidação:** (i) Controladas: As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir. As políticas contábeis das controladas consideradas na consolidação estão alinhadas com as políticas contábeis adotadas pela Companhia. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. **3.11 Novas normas e interpretações adotadas:** Foram emitidas e/ou revisadas diversas normas pelo IASB e CPC, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em 1º de janeiro de 2016: **a. Alterações ao IAS 1/CPC 26 - Iniciativa de Divulgações:** As alterações ao IAS 1/CPC 26 oferecem orientações com relação à aplicação da materialidade na prática. A aplicação das alterações ao IAS 1/CPC 26 não causou impactos sobre as divulgações de valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016. **b. Alterações ao IAS 27 - Método de Equivalência Patrimonial em Demonstrações Financeiras Separadas:** As alterações tratam dos métodos permitidos para contabilização de investimentos em controladas, empreendimentos controlados em conjunto e coligadas nas demonstrações financeiras separadas. Considerando que a Companhia não prepara demonstrações financeiras separadas, a aplicação das alterações ao IAS 27 não causou impactos em suas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016. **c. Alterações às IFRS 10, IFRS 12 e ao IAS 28 - Entidades de Investimento: Aplicando a Exceção de Consolidação:** As alterações às IFRS 10, IFRS 12 e ao IAS 28 tratam da isenção de consolidação de demonstrações financeiras de entidades de investimento para as entidades cuja controlada seja uma entidade de investimento. Considerando que a Companhia não é uma entidade de investimento e não possui controlada, coligada ou controlada em conjunto que se qualifique como entidade de investimento, a aplicação das alterações às IFRS 10, IFRS 12 e ao IAS 28 não causaram impacto relevante sobre suas demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016. **d. Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2012 - 2014:** A aplicação das alterações não causou impacto relevante sobre as divulgações e montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016. **3.12 Novas normas e interpretações ainda não adotadas:** Diversas novas normas e emendas às normas e interpretações IFRS foram emitidas pelo IASB e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016. A Companhia não adotou as alterações ou revisadas a seguir: **a) IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos financeiros:** O IFRS 9 será aplicável para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida. Esta norma estabelece novos requerimentos para classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros. Os ativos financeiros serão classificados em duas categorias: (i) mensurado no reconhecimento inicial pelo valor justo; e (ii) mensurados pelo custo amortizado, baseado no modelo de negócio pelo qual eles são mantidos e nas características de seus fluxos de caixa contratuais. Com relação aos passivos financeiros, a principal alteração relacionada aos requerimentos já estabelecidos pelo IAS 39/CPC 38 requer que a mudança no valor justo do passivo financeiro designado ao valor justo contra o resultado, que seja atribuída a mudanças no risco de crédito daquele passivo, seja apresentada em outros resultados abrangentes e não na demonstração do resultado, a menos que tal reconhecimento resulte em uma incompatibilidade na demonstração do resultado. Em relação ao impairment de ativos financeiros, a IFRS 9 requer o modelo de expectativa de perda no crédito, ao contrário do modelo de perda efetiva do crédito mencionado no IAS 39/CPC 38. O modelo de expectativa de perda no crédito requer que a empresa registre contabilmente a expectativa de perdas em créditos e modificações nessas expectativas a cada data de reporte para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial. Em outras palavras, não é mais necessário que o evento ocorra antes para que seja reconhecida a perda no crédito. No que tange as modificações relacionadas a contabilização de hedge, a IFRS 9 mantém os três tipos de mecanismo de contabilização de hedge previstos no IAS 39. Por outro lado, esta nova norma introduz mudanças no que tange os tipos de transações elegíveis à contabilização de hedge, especificamente a ampliação dos tipos de instrumentos que se qualificam como instrumentos de hedge e os tipos de componentes de risco de itens não financeiros elegíveis à contabilização de hedge. Adicionalmente, o teste de efetividade foi renovado e substituído pelo princípio de "relacionamento econômico". Ainda, a avaliação retroativa da efetividade do hedge não é mais necessária e ocorreu a introdução de exigências adicionais de divulgação relacionadas às atividades de gestão de risco de uma entidade. Adicionalmente, como a Companhia e suas controladas não aplicam a contabilização de hedge, a Administração concluiu que não haverá impacto relevante nas informações divulgadas ou valores registrados em suas demonstrações financeiras consolidadas no que tange às alterações da norma sobre este tópico. **b) Alterações às IFRS 15 - Receita de contratos com clientes:** As alterações da norma sobre este tópico referem-se a mudanças de instrumentos de desempenho financeiros, em uma análise preliminar, a Companhia avalia que os impactos de adoção não serão materiais para suas demonstrações financeiras consolidadas. **b) IFRS 15/CPC 47 e Esclarecimentos ao IFRS 15 - Receita de contratos com clientes:** A IFRS 15 estabelece um modelo simples e claro para contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes e, quando se tornar efetivo, substituirá o guia atual de reconhecimento da receita presente no IAS 18/CPC 30 (R1) - "Receitas, IAS 11/CPC 17 (R1) - Contratos de Construção e as interpretações relacionadas. Esta norma estabelece que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. A norma introduz um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (1) identificação do contrato com o cliente; (2) identificação da obrigação de desempenho do contrato; (3) determinação do preço da transação; (4) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato; e (5) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Em suma, pelos novos requerimentos da IFRS 15, a entidade reconhece a receita somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação são efetivamente transferidos ao cliente. Adicionalmente, esta norma estabelecerá um maior detalhamento nas divulgações relacionadas aos contratos com clientes. A IFRS 15 será aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, sendo permitida sua adoção antecipada. A Companhia está avaliando os potenciais impactos da adoção deste novo pronunciamento, e preliminarmente, avalia que não haverá impacto relevante em suas demonstrações financeiras consolidadas. **c) Alterações às IAS 12 - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos sobre perdas não realizadas:** Emitidas em 19 de janeiro de 2016, as alterações ao IAS 12 esclarecem as exigências de reconhecimento de ativos fiscais diferidos por perdas não realizadas em instrumentos de dívida e o método de avaliação da existência de lucros tributáveis futuros prováveis para a realização das diferenças temporárias dedutíveis, para endereçar a diversidade na prática. As alterações ao IAS 12 serão aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017, sendo permitida sua adoção antecipada. A administração da Companhia avalia que a aplicação das alterações ao IAS 12 tende a não causar impactos relevantes em suas demonstrações financeiras consolidadas. **d) Alterações ao IAS 7 - Iniciativa de divulgação:** Emitidas em 29 de janeiro de 2016, as alterações ao IAS 7 da Iniciativa de Divulgação têm como objetivo que as divulgações de informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliar as alterações nas responsabilidades decorrentes das atividades de financiamento. Para tanto, o IASB exige que sejam divulgadas as seguintes variações nos passivos decorrentes de atividades de financiamento: (i) alterações de fluxos de caixa de atividades de financiamento; (ii) variações decorrentes da obtenção ou perda do controle de subsidiárias ou de outros negócios; (iii) efeito de variações cambiais; (iv) variações de valores justos; e (v) outras variações. O IASB define passivos decorrentes de atividades de financiamento como passivos "para os quais os fluxos de caixa foram ou serão classificados nas demonstrações dos Fluxos de Caixa como fluxos de caixa das atividades de financiamento". Salienta também que as novas exigências de divulgação referem-se simetricamente às alterações nos ativos financeiros, caso estes atendam à mesma definição. Por último, as alterações às divulgações de variações dos passivos decorrentes de atividades de financiamento devem ser divulgadas separadamente das alterações de outros ativos e passivos. As alterações ao IAS 7 serão aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017, sendo permitida sua adoção antecipada. Uma vez que as alterações foram divulgadas em um intervalo de tempo menor que um ano antes do período obrigatório de adoção, as entidades ficam desobrigadas de publicação de informações comparativas na adoção inicial das alterações. A administração da Companhia avalia que a aplicação das alterações ao IAS 7 implicará em alterações na abertura de classificação de valores das demonstrações de fluxo de caixa da companhia para os períodos futuros, sem outros impactos relevantes em suas demonstrações financeiras consolidadas. **e) Alterações às IFRS 2 - Classificação e mensuração de transações de pagamentos baseados em ações:** Emitidas em 20 de junho de 2016, as alterações fornecem requisitos para a contabilização de: a) Efeitos das condições vesting e non-vesting na mensuração dos pagamentos baseados em ações liquidados em dinheiro; b) Transações de pagamentos baseadas em ações com um critério de liquidação líquida, para obrigações de retenção na fonte; e c) Uma modificação nos termos e condições de um pagamento baseado em ações que altera a classificação da transação de liquidação em dinheiro para liquidação em ações. As alterações às IFRS 2 serão aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, sendo permitida sua adoção antecipada. A Companhia está avaliando os potenciais impactos da adoção destas alterações. **f) Alterações às IFRS 4 - Aplicação de IFRS 9 - Instrumentos financeiros com a IFRS 4 - Contratos de seguros:** Emitida em 12 de setembro de 2016, a alteração do IFRS 9 estabelece o objetivo que as alterações às IFRS 9 não sejam aplicadas a instrumentos financeiros antes da implementação da nova norma que substituirá a IFRS 4, por potenciais volatilidades temporárias nos resultados reportados. Uma vez que a Companhia não aplica o pronunciamento de seguros, a administração da Companhia avalia que as alterações às IFRS 4 não causarão impactos em suas demonstrações financeiras consolidadas. **g) Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2014 - 2016:** Anualmente, o IASB discute e decide sobre as melhorias propostas para as IFRS, conforme são levantadas ao longo do ano. Emitidas em 8 de dezembro de 2016, **g.1) Alterações às IFRS 1 - Adoção Inicial do IFRS:** exclui da norma algumas exceções existentes para aplicação no período de transição das entidades recém-adotantes ao IFRS. **g.2) Alterações às IFRS 12 - Divulgação de participação de entidades em outras entidades:** esclarece o escopo do pronunciamento e a participação de entidades em outras entidades que estejam classificadas como disponíveis para venda ou operações descontinuadas de acordo com o IFRS 5. **g.3) Alterações ao IAS 28 - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto:** esclarece se uma entidade tem uma opção de "investimento por investimento" para mensurar as investidas pelo valor justo de acordo com a IAS 28 por uma organização de capital de risco. Com base em avaliação preliminar, a Administração da Companhia acredita que a aplicação dessas alterações não terá um efeito relevante sobre as divulgações e montantes reconhecidos suas demonstrações financeiras consolidadas.

4. DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO
Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. Desta forma, a Companhia determina o valor justo conforme IFRS 13/CPC 46, o qual define o valor justo como a estimativa de preço pelo qual uma transação não forçada para a venda do ativo ou para a transferência do passivo ocorreria entre participantes do mercado, sob condições atuais de mercado, na data de mensuração. **- Imobilizado e Intangível:** O valor justo do imobilizado e intangível reconhecido em função de uma combinação de negócios é baseado em valores de mercado. O valor do mercado destes bens é o valor estimado para o qual um ativo poderia ser trocado na data de avaliação entre terceiros em uma transação de mercado. O valor justo não é forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. O valor justo dos itens do ativo imobilizado é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado. **- Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, com base no cenário que melhor representa o risco de crédito. **- Instrumentos financeiros não reconhecidos a valores justos:** I) Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 3,75; e ii) EBITDA dividido pelo Resultado Financeiro maior ou igual a 2,25. A definição de EBITDA, para fins de apuração de covenants, a controladora CPFL Energia leva em consideração a consolidação de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto com base na participação societária direta ou indiretamente detida pela controladora CPFL Energia naquelas empresas (tanto para EBITDA como ativos e passivos). A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia todas as condições restritivas e cláusulas estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2016.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Saldo bancários	149	2.366	302	2.489
Aplicações financeiras	193.265	374.220	195.020	378.525
Aplicação de curtíssimo prazo (a)	1.278	6.180	1.278	6.180
Certificado de Depósito Interbancário (b)	8.838	184.903	8.838	184.903
Fundos de investimento (c)	183.149	368.040	184.903	372.346
Total	193.415	376.585	195.322	381.041

a) Saldo bancários disponíveis em conta corrente, que são remunerados diariamente através de uma aplicação em operações compromissadas com lastro em Debêntures e remuneração de 15% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). b) Operações de curto prazo do tipo CDB e debêntures compromissadas realizadas com instituições financeiras de grande porte que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características liquidez diária, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média, a 101,7% do CDI c) Representa valores aplicados em Fundos Exclusivos, com liquidez diária e remuneração equivalente, na média, a 100% do CDI, tendo como características aplicações pós-fixadas em CDI lastreadas em títulos públicos federais, CDB's, letras financeiras e debêntures compromissadas de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito.

6. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

	Controladora				Consolidado			
	Saldos vencidos	até 90 dias	> 90 dias	Total	Saldos vencidos	até 90 dias	> 90 dias	Total
Circulante								
Faturado	136.744	3.723	2.712	143.179	93.907	137.942	3.723	2.712
Parcelamento de débito de consumidores	-	-	-	2.440	-	-	-	2.440
Operações realizadas na CCEE	-	1.562	45	1.607	83.734	-	1.562	45
Concessionárias e permissonárias	56.805	589	7.593	64.987	68.630	55.971	589	7.593
	193.549	5.874	10.350	209.773	248.711	193.913	5.874	10.350
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(10.719)				(6.262)
				199.054				199.411
Total								
Não circulante								
Parcelamento de débito de consumidores	-	-	-	-	-	360	-	360
Total						360		360

Operações Realizadas na CCEE - Os valores referem-se à comercialização no mercado de curto prazo de energia elétrica.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa:

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa consolidada está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Antecipações de contribuição social - CSLL	-	-	27	23
Antecipações de imposto de renda - IRPJ	-	-	15	-
Imposto de renda e contribuição social a compensar	341	96	401	489
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	1.863	6.490	1.978	6.550
Programa de integração social - PIS	233	63	247	63
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	1.078	290	1.141	290
Total	3.516	6.939	3.809	7.415
Não circulante				
ICMS a compensar	2.026	2.137	2.026	2.137
Total	2.026	2.137	2.026	2.137

7. TRIBUTOS A COMPENSAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Circulante				
Antecipações de contribuição social - CSLL	-	-	27	23
Antecipações de imposto de renda - IRPJ	-	-	15	-
Imposto de renda e contribuição social a compensar	341	96	401	489
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	1.863	6.490	1.978	6.550
Programa de integração social - PIS	233	63	247	63
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	1.078	290	1.141	290
Total	3.516	6.939	3.809	7.415
Não circulante				
ICMS a compensar	2.026	2.137	2.026	2.137
Total	2.026	2.137	2.026	2.137

8. CRÉDITOS FISCAIS DIFERIDOS

8.1 Composição dos créditos fiscais:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Crédito de contribuição social				
Diferenças temporariamente indutíveis	2.100	1.056	2.100	1.061
Subtotal	2.100	1.056	2.100	1.061
Crédito de imposto de renda				
Diferenças temporariamente indutíveis	5.897	2.997	5.897	3.010
Subtotal	5.897	2.997	5.897	3.010
Total	7.997	4.053	7.997	4.071

8.2 Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indutíveis:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
CSLL	965	2.680
IRPJ	218	607
CSLL	307	852
IRPJ	(29)	(80)
Outros	209	644
Total	2.100	5.897

8.3 Expectativa de recuperação: A expectativa de recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados no ativo não circulante, decorrentes de diferenças temporariamente indutíveis, está baseada nas projeções de resultados futuros, aprovadas pelo Conselho de Administração e apreciadas pelo Conselho Fiscal ambos da controladora CPFL Energia. Sua composição é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
2017	-	-	2.448	-
2018	-	-	1.928	-
2019	-	-	770	-
2020	-	-	770	-
2021	-	-	770	-
2022 a 2024	-	-	1.095	-
2025 a 2027	-	-	325	-
Total			8.106	

8.4 Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

	2016		2015	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
157.056	157.056	122.875	122.875	
Lucro antes dos tributos	741	741	140	140
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Equivalência patrimonial	(3.103)	(3.103)	(1.883)	(1.883)
Juros sobre o capital próprio	1.619	317	(481)	(782)
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	156.313	155.011	120.651	120.350
Base de cálculo	9%	25%	9%	25%
Alíquota aplicável	(14.068)	(38.575)	(10.859)	(30.087)
Corrente	(15.112)	(41.653)	(11.346)	(31.440)
Diferido	1.044	2.900	487	1.353
Total				

8.5 Expectativa de recuperação: A expectativa de recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados no ativo não circulante, decorrentes de diferenças temporariamente indutíveis, está baseada nas projeções de resultados futuros, aprovadas pelo Conselho de Administração e apreciadas pelo Conselho Fiscal ambos da controladora CPFL Energia. Sua composição é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
2017	-	-	2.448	-
2018	-	-	1.928	-
2019	-	-	770	-
2020	-	-	770	-
2021	-	-	770	-
2022 a 2024	-	-	1.095	-
2025 a 2027	-	-	325	-
Total			8.106	

8.6 Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

	2016		2015	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
157.056	157.056	122.875	122.875	
Lucro antes dos tributos	741	741	140	140
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Equivalência patrimonial	(3.103)	(3.103)	(1.883)	(1.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Controladora				Consolidado			
	Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Consumidores e concessionárias	199	111	-	-	798	111	-	-
Adiantamentos	4.999	2.787	21	30	4.999	2.787	21	30
Folha de pagamento	724	680	-	-	725	680	-	-
Participação nos lucros	2.512	2.137	159	37	2.514	2.137	159	37
Outros	1.807	1.694	383	3	1.807	1.694	383	3
Total	10.241	7.409	562	69	10.844	7.409	562	69

18. PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Controladora e Consolidado			
	31/12/2016		31/12/2015	
	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais
Trabalhistas	420	287	466	373
Cíveis	69	88	43	82
Fiscais	-	-	-	-
Outras	2.719	255	-	190
Total	2.719	255	-	190
Total	3.208	632	509	644

As provisões de riscos trabalhistas representado basicamente por jornada de trabalho e vínculo empregatício e as de riscos cíveis representada basicamente por discussões com contratos celebrados entre as partes, foram constituídas pela Companhia com base em avaliação dos riscos de perdas em processos cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia. A movimentação das provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas está demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado			
	Saldo em 31/12/2015	Adições	Reversões	Saldo em 31/12/2016
Trabalhistas	466	599	(258)	807
Cíveis	43	58	(22)	79
Fiscais	-	2.505	-	2.505
Total	509	3.162	(280)	3.391

Perdas possíveis: A Companhia e suas controladas são parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis, devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas. As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de dezembro de 2016 e 2015 estavam assim representadas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016
Trabalhistas	5.236	743	5.236	743
Cíveis	2.703	991	2.703	991
Fiscais	102.788	107.963	102.788	107.963
Regulatório	9.004	7.157	9.004	7.157
Total	117.731	116.853	117.731	116.853

No tocante às contingências trabalhistas, a Companhia informa que, conforme descrito na nota 19 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015, há discussão a respeito da possibilidade de alteração do índice de correção adotado pela Justiça do Trabalho, sendo que o status da discussão não foi alterado desde então e o risco permanece como possível. A Administração da Companhia e de suas controladas, baseada na opinião de seus assessores legais externos acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A CPFL Energia detém 100% do capital social da Companhia, dividido em 2.998.565 ações ordinárias, sem valor nominal. **19.1 Reserva de lucro:** O saldo de R\$ 27.031 compreende o saldo das reservas: i) reserva legal de R\$ 600; e ii) reserva de retenção de lucros para investimento de R\$ 26.431. **19.2 Distribuição de Dividendo e Juros Sobre o Capital Próprio ("JCJP"):** Na AGO de 20 de abril de 2016 foi aprovada a destinação do lucro do exercício de 2015, através de i) constituição de reserva de retenção de lucros para investimentos no montante de R\$ 25.000; e ii) declaração de dividendo no montante de R\$ 13.870. Adicionalmente, conforme previsto em Estatuto Social da Companhia e com base nos resultados do primeiro semestre de 2016, a Administração da Companhia obteve do Conselho de Administração da CPFL Energia as seguintes aprovações: i) realizada em 29 de junho de 2016, foi aprovado juros sobre capital próprio no montante de R\$ 1.942 (R\$ 1.650 líquido do IRRF), sendo atribuído para cada ação ordinária o valor de R\$ 0,647546 (R\$ 0,550414 líquido de IRRF); e ii) em reunião realizada em 31 de agosto de 2016, foi aprovado o dividendo intermediário de R\$ 30.975, sendo atribuído para cada ação ordinária o valor de R\$ 10,329835. Em 2016 a Companhia efetuou o pagamento de R\$ 1.601 (líquido de IRRF), quitando os juros sobre o capital próprio complementares declarados em 2015. **19.3 Destinação do lucro líquido do exercício:** O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição como dividendo de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei, aos titulares de suas ações. Para este exercício, a Administração da Companhia está propondo: a) destinação de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 1.162 (R\$ 988 líquido de IRRF) sendo atribuído para cada ação ordinária o valor de R\$ 0,387359 (R\$ 0,329255 líquido de IRRF), referente aos resultados do exercício de 2016; e b) declaração de dividendo no montante de R\$ 78.037, sendo atribuído para cada ação ordinária o valor de R\$ 26,024892 conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Lucro líquido do exercício	104.235	79.198	104.235	79.198
Reversão da reserva de retenção de lucros	-	7.880	-	7.880
Lucro líquido base para destinação	104.235	87.078	104.235	87.078
Dividendo intermediário	-	(30.975)	-	(30.975)
Juros sobre o capital próprio intermediário	-	(1.942)	-	(1.942)
Base para destinação	104.235	54.161	104.235	54.161
Juros sobre o capital próprio adicional proposto	-	(1.162)	-	(1.162)
Dividendo adicional proposto	-	(1.162)	-	(1.162)
19.4 Lucro por ação básico e diluído: O cálculo do lucro básico e diluído por ação são idênticos uma vez que a Companhia não possui nenhum efeito dilutivo, sendo apurado para 31 de dezembro de 2016 o valor de R\$ 34,76 por ação (R\$ 27,32 por ação em 31 de dezembro de 2015), que foi baseado no lucro líquido atribuível à CPFL Brasil de R\$ 104.235 (R\$ 81.929 em 31 de dezembro de 2015) e no número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 de 2.998.565 ações. Nos exercícios de 2016 e 2015 a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ação ou com efeito dilutivo, para os quais devesse considerar no cálculo do lucro por ação.				

20. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora				Consolidado			
	R\$ mil		R\$ mil		R\$ mil		R\$ mil	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Reculta de operações com energia elétrica	2.302.468	2.039.732	2.302.468	2.039.732	2.302.468	2.039.732	2.302.468	2.039.732
Venda de Energia	57.628	632	57.628	632	57.628	632	57.628	632
Outras receitas e rendas	-	-	-	-	-	-	-	-
Total da reculta operacional bruta	2.360.095	2.040.364	2.360.095	2.040.364	2.360.095	2.040.364	2.360.095	2.040.364
Deduções da reculta operacional	(64.579)	(60.461)	(64.579)	(60.461)	(64.579)	(60.461)	(64.579)	(60.461)
ICMS	(38.000)	(32.677)	(37.987)	(32.677)	(38.000)	(32.677)	(37.987)	(32.677)
PIS	(175.029)	(150.512)	(174.968)	(150.512)	(175.029)	(150.512)	(174.968)	(150.512)
COFINS	-	(97)	-	(97)	-	(97)	-	(97)
IPI	(277.608)	(243.746)	(277.534)	(243.747)	(277.608)	(243.747)	(277.534)	(243.747)
Total	2.082.488	1.796.617	2.082.488	1.796.617	2.082.488	1.796.617	2.082.488	1.796.617

A reculta de venda de energia elétrica reflete as operações com concessionárias, autorizadas e consumidores livres, sendo que em 2016 foram vendidos 12.375 GWh (12.366 GWh no consolidado) e em 2015 9.870 GWh (9.870 GWh no consolidado), informações não foram examinadas pelos auditores independentes. As outras receitas operacionais, compreendem as receitas oriundas da desconexão de energia por parte dos clientes no montante de R\$ 57.270 (R\$ 613 em 2015).

21. CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	Controladora				Consolidado			
	GWh (*)		R\$ mil		GWh (*)		R\$ mil	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Energia comprada para revenda	71	92	584	32.145	71	92	584	32.145
Energia de curto prazo	-	-	-	-	-	-	-	-
Energia adquirida no ambiente de contratação livre - ACL	12.310	9.768	2.067.654	1.763.661	12.310	9.768	2.067.654	1.763.661
Crédito de PIS e COFINS	-	-	(191.312)	(166.112)	-	-	(191.312)	(166.112)
Subtotal	12.381	9.860	1.876.926	1.629.694	12.381	9.860	1.876.926	1.629.694
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	-	-	-	-	-	-	-	-
Encargos de serviço do sistema - ESS	-	(1)	-	-	-	(1)	-	-
Crédito de PIS e COFINS	-	-	-	-	-	(3)	-	-
Subtotal	(1)	-	-	-	(1)	-	-	-
Total	12.380	9.859	1.876.925	1.629.694	12.380	9.859	1.876.925	1.629.694

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

22. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora								Consolidado															
	Despesas Operacionais				Despesas Operacionais				Despesas Operacionais				Despesas Operacionais											
	Custo de operação		Vendas		Gerais e administrativas		Outros		Custo de operação		Vendas		Gerais e administrativas		Outros		Custo de operação		Vendas		Gerais e administrativas		Outros	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Pessoal	13.146	10.637	3.198	2.458	9.930	9.314	-	-	26.273	22.408	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Material	104	76	11	8	113	133	-	-	228	218	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Serviços de terceiros	788	609	329	290	5.559	5.679	-	-	6.675	6.577	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação e amortização	79	414	501	746	3.193	3.368	-	-	3.773	4.527	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	234	371	7.272	3.021	3.561	4.127	25	2.233	11.092	9.753	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	7.265	3.010	-	-	-	-	7.265	3.010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arrendamentos e alugueis	(13)	(17)	-	-	729	712	-	-	716	695	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Publicidade e propaganda	129	289	-	-	568	850	-	-	697	1.139	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	779	1.099	-	-	779	1.099	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	-	2	116	-	-	2	116	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	-	25	2.249	25	2.249	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	118	99	6	11	1.483	1.349	-	(15)	1.607	1.449	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	14.351	12.107	11.310	6.523	22.356	22.621	25	2.233	48.042	43.484	25	2.233	48.042	43.484	25	2.233	48.042	43.484	25	2.233	48.042	43.484	25	2.233

	Controladora				Consolidado			
	2016		2015		2016		2015	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Recultas	16.251	25.102	16.817	25.446	16.251	25.102	16.817	25.446
Rendas de aplicações financeiras	2.713	3.342	2.713	3.342	2.713	3.342	2.713	3.342
Atualização de créditos fiscais	967	697	1.052	709	967	697	1.052	709
Atualização de depósitos judiciais	54	31	54	31	54	31	54	31
Juros sobre contratos de mútuo PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	7.804	13.782	7.804	13.782	7.804	13.782	7.804	13.782
Outros	(1.593)	(1.196)	(1.623)	(1.209)	(1.593)	(1.196)	(1.623)	(1.209)
Total	8.091	4.207	15.895	4.207	8.091	4.207	15.895	4.207
Despesas	34.287	45.966	34.908	46.307	34.287	45.966	34.908	46.307
Encargos de dívidas	(13.743)	(33.482)	(13.743)	(33.482)	(13.743)	(33.482)	(13.743)	(33.482)
Atualizações monetárias e cambiais	(5.433)	(1.4						

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os Exercícios Fintos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado							
	Nota explicativa	Média ponderada das taxas de juros	Menos de 1 mês	1-3 meses	3 meses a 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Total
31/12/2016								
Fornecedores	13		189.543	10.601	-	-	-	200.144
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	14	13,51%	501	503	2.957	48.809	-	52.770
Derivativos	26		38	-	226	3.796	-	4.060
Debêntures - principal e encargos	15	14,33%	-	11.657	47.517	302.133	225.596	586.903
Outros	17		39	160	-	-	-	199
Total			190.121	22.921	50.700	354.738	225.596	844.076

27. COMPROMISSOS

Os compromissos da Companhia relacionados a contratos de longo prazo são principalmente para compra de energia e são como segue:

Obrigações contratuais em 31/12/2016	Duração	Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Compra de energia (exceto Itaipua)	até 21 anos	2.522.753	3.319.040	1.363.476	6.967.758	14.173.027
Fornecedores de materiais e serviços	até 3 anos	2.260	1.908	-	-	4.168
Total		2.525.013	3.320.948	1.363.476	6.967.758	14.177.195

28. GESTÃO DE RISCO

Os negócios da Companhia estão relacionados à comercialização de energia elétrica. **Estrutura do gerenciamento de risco:** Compete ao Conselho de Administração da controladora CPFL Energia orientar a condução dos negócios, observando, dentre outros, o monitoramento dos riscos empresariais, exercido através do modelo de gerenciamento corporativo de riscos adotado pela Companhia. A Diretoria Executiva tem a atribuição de desenvolver os mecanismos para mensurar o impacto das exposições e probabilidade de ocorrência, acompanhar a implantação das ações para mitigação dos riscos e dar ciência ao Conselho de Administração da controladora. Para auxiliá-la neste processo existe: i) o Comitê Corporativo de Gestão de Riscos, com a missão de auxiliar na identificação dos principais riscos de negócios, contribuir nas análises de mensuração do impacto e da probabilidade e na avaliação das ações de mitigação endereçadas; ii) a Diretoria de Gestão de Riscos e Controles Internos, responsável pelo desenvolvimento do modelo de Gestão Corporativa de Riscos para o Grupo CPFL no que tange à estratégia (política, direcionamento e mapa de riscos), processos (planejamento, mensuração, monitoramento e reporte), sistemas e governança. A política de gerenciamento de risco foi

estabelecida para identificar, analisar e tratar os riscos enfrentados pela Companhia que inclui revisões do modelo adotado sempre que necessário para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo, objetivando o desenvolvimento de um ambiente de controle disciplinado e construtivo. O Conselho da Administração do Grupo no seu papel de supervisão conta ainda com o apoio do Comitê de Processos de Gestão de Riscos na orientação dos trabalhos de Auditoria Interna, Gestão de Riscos e Compliance. A Auditoria Interna realiza tanto revisões regulares como *ad hoc* para assegurar o alinhamento dos processos às diretrizes e estratégias dos acionistas e da Administração. Ao Conselho Fiscal da controladora CPFL Energia compete, entre outros, certificar que a administração tem meios para identificar riscos sobre elaboração e divulgação das demonstrações financeiras aos quais a Companhia está exposta, bem como monitorar a eficácia do ambiente de controles. Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como segue: **Risco de taxa de juros:** Esse risco é oriundo da possibilidade da Companhia vier a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. A Companhia tem buscado aumentar a participação de empréstimos pré-indexados ou atrelados a indicadores com menores taxas e baixa flutuação no curto e longo prazo. A quantificação deste risco está apresentada na nota 26. **Risco de crédito:** O risco surge da possibilidade da Companhia vier a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é avaliado pelas controladas como baixo, tendo em vista a pulverização do número de clientes e da política de cobrança e de corte de fornecimento para consumidores inadimplentes. **Risco quanto à escassez de energia:** A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação de seu volume, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica ou adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001. As condições de armazenamento do Sistema Interligado Nacional ("SIN") apresentaram uma melhora nos últimos meses, apesar do nível baixo do armazenamento no subsistema Nordeste. A melhora da condição do armazenamento do SIN, associada à redução da demanda verificada nos últimos meses e a disponibilidade de geração termelétrica, reduzem de forma importante a probabilidade de cortes de carga adicionais. **Risco de aceleração de dívidas:** A Companhia possui contratos de empréstimos e debêntures, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros. Essas cláusulas restritivas são monitoradas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, se atendidas nas periodicidades exigidas contratualmente ou se obtida a anuência prévia dos credores para o não atendimento. **Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros:** A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. **Controles para gerenciamento dos riscos:** Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela Administração, a Companhia utiliza-se de

Diretoria

DANIEL MARROCOS CAMPOSILVAN Diretor-Presidente	GUSTAVO ESTRELLA Diretor Financeiro	WAGNER LUIZ SCHNEIDER DE FREITAS Diretor Administrativo
--	---	---

Diretoria de Contabilidade

SERGIO LUIS FELICE
Diretor de Contabilidade
CT CRC 1SP192767/O-6

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Ao Conselho de Administração e Acionistas da CPFL Comercialização Brasil S.A. - **Campinas** - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da CPFL Comercialização Brasil S.A. ("CPFL Comercialização" ou "Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individual e consolidada acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CPFL Comercialização em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar, pois a sua apresentação não é requerida pela legislação societária brasileira para companhias fechadas ou pelas IFRSs, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do**

auditor: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos

sistema de *software* (Luna e Bloomberg), tendo condições de calcular o *Mark to Market*, *Stress Testing* e *Duration* dos instrumentos, e avaliar os riscos aos quais a Companhia está exposta. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pela Companhia suportado por estas ferramentas, tem apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que a Companhia tem a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a Administração considera como risco. Adicionalmente, a Companhia não realiza transações envolvendo derivativos especulativos.

29. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Outras transações não envolvendo caixa:		
Adiantamentos para futuro aumento de capital integralizados	180	4.127
Aumento de capital em investidas com dividendo a pagar	500	-

30. FATO RELEVANTE E EVENTO SUBSEQUENTE

30.1 Aquisição acionária da controladora CPFL Energia pela State Grid International Development Limited: Em Fato Relevante divulgado ao mercado em 1 de julho de 2016, a CPFL Energia divulgou que recebeu de seu acionista controlador Camargo Corrêa S.A. ("CCSA") uma comunicação sobre proposta recebida da State Grid International Development Limited para a aquisição da totalidade de sua participação societária vinculada ao bloco de controle da Controladora. Em 2 de setembro de 2016 a CPFL Energia recebeu da CCSA correspondência confirmando a assinatura do contrato de aquisição. Em 23 de novembro de 2016, a CPFL Energia divulgou Fato Relevante informando que a ANEEL aprovou, naquela data, o pedido de anuência para a transferência das ações de emissão da CPFL Energia detidas pelos acionistas integrantes de seu bloco de controle ("Acionistas Controladores") à State Grid Brazil Power Participações Ltda. ("State Grid"), subsidiária brasileira da State Grid International Development Limited. Esta autorização era a última condição precedente para a ocorrência do fechamento da transação e a consumação da transferência das ações de emissão da CPFL Energia detidas pelos Acionistas Controladores à State Grid. Em 23 de janeiro de 2017, a CPFL Energia divulgou Fato Relevante informando que recebeu, naquela data, correspondência da State Grid Brazil Power Participações Ltda. ("State Grid Brazil") informando que naquela data, foi realizado o fechamento do Contrato de Aquisição de Ações datado de 02 de setembro de 2016 e celebrado entre a State Grid Brazil, a Camargo Correa S.A., a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI, a Fundação CESP, a Fundação Sistel de Seguridade Social, a Fundação Petróbrás de Seguridade Social - PETROS, a Fundação SABESP de Seguridade Social - SABESPREV, e certas outras partes. Após a finalização da transação, a State Grid Brasil se tornou a controladora da CPFL Energia com 54,64% (556.164.817 ações, diretas ou indiretas) do capital votante e total da CPFL Energia. O preço total pago para a aquisição direta e indireta das ações foi de R\$ 25,51 por ação, totalizando aproximadamente R\$ 14,19 bilhões. Como o fechamento ocorreu em 23 de janeiro de 2017, após todas as condições precedentes serem atendidas, esta transação não gerou impactos na estrutura acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2016.

ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possa levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 13 de março de 2017

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Christian Canezin
Contador
CRC nº 1 SP 237470/O-9

